

PAISAGEM, PATRIMÔNIO E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MAGÉ, RJ

Jonathan Duarte da Silvaⁱ

Mestre em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar, através da paisagem, as diferentes potencialidades turísticas do município de Magé, na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. O processo de turistificação que vem ocorrendo pelo estado, alterando as paisagens e resignificando os patrimônios existentes em atrativos turísticos, chama atenção, e o município de Magé está inserido no bojo desse processo. Compreender as mudanças que estão ocorrendo e que ainda podem vir a ocorrer no espaço mageense, por causa do turismo incipiente que vem sendo realizado no município, é fundamental para uma análise geográfica e, com o intuito de dar um suporte teórico-conceitual, utilizaremos, na pesquisa, a paisagem, o patrimônio e a potencialidade turística. Notórias igrejas seculares e muitos monumentos religiosos, que vencem o desgaste do tempo e as depredações causadas pela população, vêm testemunhar o tipo de prática sociocultural que veio sendo realizada neste espaço ao longo dos anos. O turismo histórico-cultural e religioso se destaca nessa área. Todos esses bens patrimoniais de Magé indicam potencialidades turísticas que são assim percebidos pelos agentes do turismo como geração de riqueza para si e para o município.

Palavras-chave: Paisagem, Patrimônio, Potencialidades Turísticas, Magé, Rio de Janeiro.

LANDSCAPE, HERITAGE, TOURIST POTENTIALITIES OF THE MUNICIPALITY OF MAGÉ, RJ

Abstract

The present work analyze, through the landscape, the different tourist potentialities of the municipality of Magé, in Baixada Fluminense of the state of Rio de Janeiro. The process of tourism that has been taking place by the state, altering the landscapes and redefining the existing patrimony in tourist attractions, call attention, and the municipality of Magé is inserted in the core of this process. Understanding the changes that are occurring and that may still occur in the Mageense space, due to the incipient tourism that is being carried out in the municipality, is fundamental for a geographic analysis and, with the intention of giving a theoretical-conceptual support, we

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

turismojds@gmail.com.br

will use, in the research, landscape, heritage and tourism potential. Notorious secular churches and many religious monuments, which overcome the time wear and the depredations caused by the population, come to witness the kind of sociocultural practice that has been taking place in this space over the years. Historical-cultural and religious tourism stands out in this area. All these patrimonial assets of Magé indicate tourist potentialities that are perceived by the agents of tourism as a generation of wealth for themselves and for the municipality.

Keywords: Landscape, Heritage, Touristic Potentialities, Magé, Rio de Janeiro.

Introdução

O interesse da Geografia no estudo do turismo reflete a relevância social, política, cultural e econômica que esta atividade ganhou nos últimos tempos. Além de ser um grande elemento que pode permitir o desenvolvimento econômico de localidades em diferentes escalas, o que é pertinente aos estudos geográficos, é entendido como uma necessidade social imposta pelos atuais padrões de sociabilidade, refletindo seu caráter político e cultural, tornando-o objeto de estudo importante para a Geografia. No entanto, destacamos como o principal fator para o crescimento dos estudos geográficos, o caráter espacial desta atividade.

Distintas manifestações e expressões do turismo sobre o espaço apoiam-se nos deslocamentos necessários à sua prática, provocando modificações nos espaços emissores e receptores e nos próprios espaços de deslocamento (CRUZ, 1999). Enquanto atividade econômica, consolida-se a partir do século XX, convertendo o espaço em objeto de consumo, com algumas de suas porções sendo apropriadas para o desenvolvimento e ampliação da atividade. Assim, o presente trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar, através da paisagem, as diferentes potencialidades turísticas do município de Magé, Rio de Janeiro.

O fenômeno turístico é próprio da modernidade e da sociedade de consumo, que cada vez mais se apropria dos espaços, em suas diferentes vertentes, para vender momentos e práticas. Daí a necessidade, de alguns atores e agentes sociais, de buscar

a valorização de áreas interioranas e promover o turismo para dar suporte à economia dos municípios, pensando em políticas públicas que deem apoio a esta atividade.

Embora a periferia da Região Metropolitana, a Baixada Fluminense, em comparação com outras áreas, ainda não tenha a prática turística de peso na dinâmica local, ela possui grande potencial de crescimento. Com isso, constata-se a necessidade de se estudar a Baixada Fluminense, e o município de Magé (Figura 1), em particular, como uma área de alto potencial turístico, apesar de pouco valorizada até o presente momento e relegada em relação às outras regiões do estado do Rio de Janeiro já consideradas potencialmente turísticas, como a região serrana, dos lagos e da costa verde.

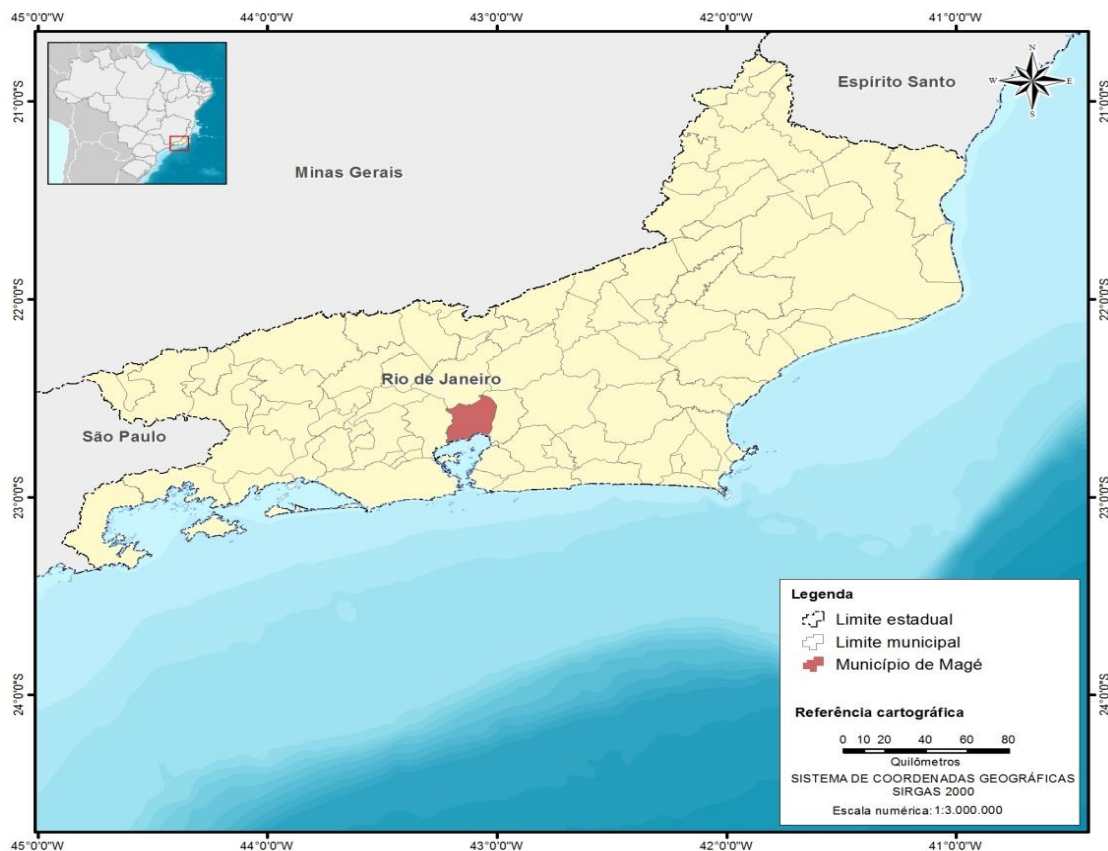


Figura 1: Mapa de localização do município de Magé, no estado do Rio de Janeiro.
Fonte: elaborado por Jonathan Duarte da Silva.

Neste sentido, este trabalho de pesquisa tem como objeto o processo de turistificação como potencializador dos patrimônios presentes na paisagem do município de Magé, Rio de Janeiro.

O motivo que nos leva a pesquisar e a estudar as dinâmicas que ocorrem dentro e fora do município de Magé e, por sua vez, a escolha do mesmo como rebatimento espacial de pesquisa, consiste no fato de Magé ser um importante espaço de exemplificação do processo de “turistificação”, tendo em vista as recentes iniciativas de promoção e desenvolvimento do turismo, como também as suas diversas riquezas patrimoniais, existentes em toda a sua dimensão territorial, e a sua história de ocupação da paisagem e produção do espaço, pois a mesma coincide não só com a história do estado do Rio de Janeiro, como também com a do Brasil, o que o torna alvo de interesse de investigação científica.

O processo de formação e constituição dos patrimônios histórico-culturais do município de Magé: o turismo como horizonte

A paisagem é uma dimensão marcada por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade que ativam a memória e situam os grupos definindo suas identidades.

Para se conhecer as expressões impressas por uma cultura em suas paisagens e também para compreendê-las, necessita-se de um conhecimento da “linguagem” empregada: os símbolos e seus significados nessa cultura. A paisagem contempla símbolos, significados, torna-se patrimônio e até institucionaliza-se, como veremos mais a seguir. A importância e o reconhecimento da paisagem culturalmente construída estão atrelados à valorização das ações humanas no seu processo de transformação.

Analisar os processos históricos e espaciais dos patrimônios deixados como legado do período imperial nas paisagens do município de Magé; revelar os seus atuais estados de conservação, assim como abordar o processo de patrimonialização e seus efeitos no espaço, constituem os objetivos deste capítulo.

Tendo em vista que todo espaço é apropriado e transformado pelo homem a fim de atender as suas necessidades e, com isso, formas são deixadas na paisagem, fruto de um processo estruturante que fornece funções a essas formas (CORRÊA,

2009), não há como conceber a ausência de patrimônios no espaço de Magé, diferentes grupos humanos, ao longo de séculos, ocuparam e alteraram as paisagens do município.

Basta um olhar a grandes marcos da presença humana ao longo do tempo para perceber que há sempre uma simbiose de diversas influências, de diversas épocas, ligando patrimônio material e imaterial, herança e criação. O patrimônio é visto como uma referência cultural dos grupos humanos.

Sabemos que os patrimônios materiais ou imateriais só adquirem esta categoria porque os grupos sociais lhes impõem, logo, estes bens carregam um significado e um significado impingido pela sociedade que os cria, e que numa relação dialética colaboram para fomentar a identidade deste grupo (MESQUITA, 2006). Cada grupo social elenca e elege, cria ou recria seu objeto turístico, sua mercadoria, sua marca mais valiosa, atrativa e competitivamente buscando a atenção dos consumidores. “O objeto turístico, portanto, em si não existe, sendo uma invenção pelo e para o turismo” (ALMEIDA, 1998, p.19).

Os elementos materiais, como construções, vegetação, propriedades, por exemplo, e os bens imateriais, como imagens, cultura, símbolos e etc. são valores patrimoniais. O patrimônio, de certo modo, como lembra Gonçalves (2009), ajuda a construir e a formar, ao longo do tempo, as pessoas.

Para fins de melhor entendimento sobre a noção de cultura, dentre outras já explicitadas e existentes, temos uma definição bem abrangente de Lauro Figueiredo (2013, p. 209):

A cultura é o conjunto de atividades, modos de agir e costumes de um povo. É um processo em constante evolução, desenvolvido por um grupo social, uma nação, uma comunidade e é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais. [...] importância da cultura no fortalecimento da identidade de um povo.

Com o intuito de facilitar o entendimento do que vem a ser patrimônio, iremos apresentar algumas das definições existentes com base em autores que vêm realizando estudos nessa área há alguns anos.

Os estudos patrimoniais (material e imaterial) vêm analisando, com muita propriedade, de que forma os mesmos têm se configurado nas cidades – organização e apropriação do espaço – e também o processo da escolha desses patrimônios, a sua preservação (inclui-se também o restauro) e os seus usos.

Bens culturais é um tema emergente diante do interesse de criar objetos de tutela e de valorização no final do século XX. De acordo com Mautone (2001), bem cultural é uma noção que engloba desde o patrimônio monumental, documentos e bens de interesse histórico, arqueológico, cultural e até mesmo o ambiente natural.

Assim, seguindo esta mesma linha de raciocínio e a complementando, a geógrafa Maria Geralda de Almeida (2013) acrescenta à definição de bem cultural a ideia de que é ainda um produto de concepção humana, dotado de um valor singular qualquer, ou porque constitui uma obra de arte, ou porque representa um testemunho, um registro ou um documento da história do homem. O bem cultural é diverso e único.

Os bens culturais constituem um componente atual do espaço e da paisagem e trazem, em seu bojo, razões de ordem espiritual, moral, motivos práticos que uma sociedade ou parte dela compartilha.

O patrimônio constitui-se como uma nova base para reafirmar a identidade e a patrimonialização. É um recurso para a conservação de símbolos e signos culturais (ALMEIDA, 2013). O patrimônio reflete a história de um povo, suas lutas e conquistas, seus valores e crenças em um dado momento de sua existência. Além disso, o patrimônio fortalece a identidade cultural de um grupo, por isso, cada povo tem um bem cultural.

Nesta perspectiva, o patrimônio cultural é, para Vallbona e Costa (2003, p.10), “o repertório inacabado de testemunhos materiais e imateriais que constituem as referências da memória coletiva, o acúmulo das experiências que estas sociedades guardam em sua retina”.

Em Burda e Monastirsky (2011), o patrimônio cultural compõe o espaço urbano manifestando seus traços históricos e a história das relações sociais. A preservação do patrimônio cultural contribui para o reconhecimento identitário do indivíduo –

colabora para a integração deste com a própria sociedade - e possibilita o conhecimento cultural de um determinado lugar.

A paisagem cultural tem sido um instrumento importante em processos de tombamento, o conceito foi apropriado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em 1992, para representar bens patrimoniais de relevância internacional nos quais se manifestava uma influência clara e mútua entre ação humana e meio ambiente. Passava-se assim para uma noção de patrimônio misto, integrado e interdependente. A UNESCO apresenta a sua definição de patrimônio, reelaborada nos anos 2000, como sendo “o conjunto de elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, que são herdados do passado ou criados recentemente”. Esta definição nos mostra uma dicotomização da noção de patrimônio, pois o divide em natural e cultural. Todo bem material ou não é cultural, pois somos nós, seres humanos, que (re)significamos os diversos objetos, sejam eles em sua natureza primeira ou já transformados pela ação do homem, existentes na superfície terrestre.

A UNESCO passou a adotar três categorias diferentes de paisagem para serem inscritas como patrimônio: a) Paisagem claramente definida: são classificados os parques e jardins, pois são as paisagens desenhadas e criadas intencionalmente; b) Paisagem evoluída organicamente: paisagens que resultam de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e que desenvolveram sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo; c) Paisagem cultural associativa: tem seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da vida humana (RIBEIRO, 2008). Com isso, percebemos como a paisagem passou a ser notada como patrimônio e a se institucionalizar em âmbito mundial.

Pelo patrimônio, os grupos sociais reconhecem sua identidade e, uma vez assumidos, materializados são, no presente, transmitidos às gerações futuras. Cabe adiantar que o papel de representação simbólica da identidade que o patrimônio detém pode ser entendido como a busca da ideia de continuidade dos grupos sociais.

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, foi dado um passo muito significativo no sentido de alargar o entendimento de patrimônio, ao reconhecer o

Patrimônio Cultural como a memória e o modo de vida da sociedade brasileira. O artigo 216 da Constituição declara o seguinte:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Cabe ressaltar que as considerações da UNESCO e da Constituição Brasileira constituem a natureza dinâmica do patrimônio, reveladora de identidades dos grupos sociais e que, ao mesmo tempo, promove a reprodução destes. A preservação do patrimônio visa à continuidade das manifestações culturais.

Devem ser preservados aqueles exemplares caracterizados por sua representatividade, bem como aqueles que contribuam para a manutenção dos conjuntos e ambiências. É importante a valorização da diversidade, das identidades e das manifestações culturais de época, de civilizações e de riquezas diversas. A dimensão geográfica da cultura deve abranger a compreensão do passado, presente e futuro, de modo que a memória seja revivida e respeitada, assumindo a relação que se estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança que recebem e que projetam no futuro.

Devemos compreender como patrimônio tudo aquilo que o ser humano criou e que, por questões culturais inerentes ao meio em que se insere, muniu-se de valor para aquela sociedade.

A paisagem como forma e referência identitárias de um grupo social se torna patrimônio e adquire um valor patrimonial. A interpretação do sentido de patrimônio leva em conta a base espacial conquistada.

Na atual turistificação do patrimônio, tanto o cultural quanto o natural favorecem sua mercantilização. O valor que os bens culturais possuem, por um lado, é o que a sociedade, por suas práticas sociais, lhe atribui e, por outro, é o definido

pelos interesses da lógica do mercado. O turismo, nesse processo, reinventa o patrimônio o transformando em atrativo turístico. Isso revela que a paisagem é percebida como um dos elementos centrais, pois como salienta Almeida (2001, p. 192), a paisagem é “um conjunto ordenado de objetos passível de ser interpretado, repetimos, como um texto e que atua como uma criadora de signos pelos quais um sistema social é transmitido, reproduzido, vivenciado e explorado”.

As paisagens transformam-se em objetos de políticas valorativas, preservacionistas e, também, de atrações turísticas. Nesse entendimento contemporâneo de paisagem cultural, é inegável a necessidade de discuti-la simultaneamente com o patrimônio cultural. Eles se entrelaçam, fazem parte da nossa história, das nossas emoções e do nosso sentir.

Ainda, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN que tomou a iniciativa de estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, publicando no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2009 a Portaria 127, de 30 de abril de 2009. Por ela, considera-se a paisagem cultural “como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. A chancela tem por finalidade atender o interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando os instrumentos de promoção e proteção já existentes e integrando-os. Ao inventariar patrimônios materiais e imateriais, o IPHAN seleciona seus espaços, ou seja, é no espaço que se materializa a ideia do tombamento. Processos de tombamento de alguns patrimônios no município de Magé foram indeferidos.

Como nos mostra a tabela acima, todos os patrimônios que foram, ao longo do século XX e XXI, levados a processos de tombamento, não conseguiram aprovação, ou seja, foram indeferidos. Não foram reconhecidos como bens culturais materiais da população de Magé. Com exceção do trecho ferroviário Mauá-Fragoso, a primeira ferrovia do Brasil, tombada em 1954, pelo IPHAN. Os bens culturais imateriais do município nem apareceram. Não há registro. Essa situação pode e deve mudar. A presente pesquisa busca fornecer uma singela contribuição a tal processo, através da

apresentação de alguns dos patrimônios existentes e sua possível potencialidade turística nas paisagens de Magé.

A estrada de ferro e o legado religioso nas paisagens mageenses

Com a expulsão dos franceses da então cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, seguindo ordens da Coroa Portuguesa de povoar, proteger e cultivar a terra começa então o processo de distribuição das sesmarias (lotes de terras), em 1565, o qual iria dar início ao povoamento das terras da Guanabara. As mesmas estendem-se por todo o recôncavo da Guanabara, e os maiores beneficiados foram pessoas que contribuíram significativamente para o projeto colonial português. As concessões de sesmarias foram dadas em áreas com grande potencial hídrico, o que garantiu o sucesso futuro dos engenhos de açúcar (LISBOA, 2016).

Ainda em 1565, Simão da Mota, tendo recebido a doação de uma sesmaria, edificou sua moradia, localizada no morro da Piedade, a poucos quilômetros do local onde hoje se encontra a sede municipal de Magé, iniciando a exploração das terras que lhe foram doadas. Inicialmente habitadas por índios da etnia Timbiras (ALONSO, 2000), essas terras foram cultivadas por eles e, logo depois, pelos portugueses e inúmeros escravos que Simão da Mota trouxera consigo. Pouco tempo, entretanto, Simão da Mota ali se demorou. Alguns anos depois, se transferiu para a localidade denominada Magepe-Mirim, onde se localiza a atual Cidade de Magé.

Foi outro português que acabou ganhando maior notoriedade como principal fundador da cidade de Magé. Cristóvão de Barros, também importante personagem na luta da coroa portuguesa contra os invasores franceses, ganhou duas sesmarias em Magé. Logo ficou famoso pelo grandioso engenho de açúcar que lá instalou:

O engenho se expandia velozmente e se fez necessário a cessão de novas sesmarias – áreas para absorver tal crescimento. Por este motivo e pela importância na difusão do nome de Magé pelo país, Cristóvão de Barros passou a ser considerado, de fato, o maior responsável pela fase inicial de ocupação das terras do município (SILVA, 2005, p. 65).

Com a necessidade de novas sesmarias, surge então, em 1643, Guia de Pacobaíba, sesmaria de Bastião Rodrigues que deu início ao núcleo de povoamento de mesmo nome. A mesma só foi reconhecida como freguesia em 1755, com a criação da Igreja de Nossa Senhora de Guia de Pacobaíba, atual quinto distrito de Magé (LISBOA, 2016).

Ao receber a posse das sesmarias, a primeira ação de seus donatários era sempre mandar construir uma capela, “o início de uma pequena povoação era sempre um cruzeiro ou capela, cuja acomodação dependia do patrimônio do santo, isto é, das terras doadas pelos grandes proprietários fundiários” (FRIDMAN, 2008, p. 03). Tanto que os povoados eram elevados à condição de freguesia, designação portuguesa de paróquia, somente após a construção de suas igrejas e/ou capelas (FRIDMAN, 2008).

No princípio, a ocupação do recôncavo da Guanabara teve como base econômica a monocultura da cana de açúcar. Sendo assim, o histórico de formação das vilas e povoados do recôncavo não pode ser considerado, e até mesmo compreendido, se analisado fora do contexto do sistema agrário exportador da época, que tinha como função abastecer de gêneros alimentícios a cidade do Rio de Janeiro. Não foi diferente na cidade de Magé, que apesar de ter a cana de açúcar como primordial, também mantinha plantações, em segundo plano, de outros alimentos, tais como milho, mandioca, frutas e arroz (LISBOA, 2016). Outras sesmarias foram originadas a partir do desenvolvimento de Magé, mantendo a mesma linha de produção.

Após casar-se com sua sobrinha Maria Joaquina, Irineu Evangelista de Souza, também conhecido como o Visconde de Mauá, já figurava nessa época, Segundo Reinado, como um dos homens mais ricos do país e, após sua viagem à Inglaterra, decide pôr em prática as ideias revolucionárias que lá vivenciara, tendo como grande incentivador D. Pedro II (RODRIGUEZ, 2004). Apesar de todas as dificuldades encontradas no caminho, por causa dos Barões do Café que eram contrários ao desenvolvimento e industrialização, visto que o novo modelo proposto por Irineu era incompatível com o escravismo, em 1852 ele solicita junto ao governo uma concessão para a construção de uma estrada de ferro:

o Governo Geral, através do Decreto nº 987 de 12 de Junho de 1852, aprovou o ato de 27 de Abril do mesmo ano do Presidente da Província, Luiz Pereira de Couto Ferraz, e Irineu Evangelista ganhou o privilégio de explorar uma linha de navegação pela Baía de Guanabara, do Porto da Prainha, atual Praça Mauá, até um ponto localizado na Praia de Mauá, antigo município de Estrela, atual município de Magé (RODRIGUEZ, 2004, p. 16).

Sendo assim, após um mês da aprovação de sua solicitação, Irineu já organizava a construção de sua ferrovia, reunindo-se com sócios e interessados no projeto, dando início à construção da primeira estrada de ferro do Brasil, e a terceira da América Latina.

Com a chegada da estrada de ferro ao Porto de Mauá, Guia de Pacobaíba se vê revitalizada pela presença do grande empreendimento. A inauguração da ferrovia só aconteceu em 30 de Abril de 1854 (Figura 2), contudo, a então chamada Estrada de Ferro Mauá compreendia somente o trecho entre as estações de Mauá (posteriormente estação de Guia de Pacobaíba), Inhomirim e Fragoso, trecho esse que se estendia por 14,5km. Somente dois anos depois, em dezembro de 1856, é inaugurado o trecho que vai até a estação de Raiz da Serra, somando assim um total de 16,2km (SILVA *et al*, 2010).



Figura 2: Inauguração da primeira estrada de ferro de Mauá, em 1854.
Fonte: Jornal Milênio Vip. Disponível em: www.jornalmileniovip.com.br

Cabe salientar que, no início das operações da Estrada de Ferro Mauá, estava entre as locomotivas aquela que seria a mais famosa e célebre locomotiva a vapor do nosso país, a *Baroneza*, “uma do tipo 2-2-2, fabricada em 1852 por William Fairbain & Sons, Manchester, Inglaterra, e batizada em homenagem a Dona Maria Joaquina Machado de Souza, esposa do Barão de Mauá” (RODRIGUEZ, 2004, p. 18). Hoje a *Baroneza* é uma das principais peças em exposição no Museu do Trem do Rio de Janeiro, e a que se encontra no local é apenas uma réplica, um símbolo da memória coletiva do povo de Magé.

Assim, portanto, chegou a estrada de ferro à Guia de Pacobaíba, e pelo feito da construção da primeira estrada de ferro do Brasil, Irineu Evangelista ganha seu primeiro título de nobreza, o de Barão de Mauá. Posteriormente, pela instalação dos primeiros cabos telegráficos submarinos, cabos que ligariam o Brasil à Europa, ganha seu segundo título, passando a ser conhecido como o Visconde de Mauá (MOURA *et al*, s/d).

A estrada de ferro Mauá foi aberta ao público exatamente em 1º de Maio de 1854, tendo como ponto inicial a estação de Mauá, posteriormente Guia de Pacobaíba. O cais do porto foi considerado, para a época, uma grande obra de engenharia, pois a mesma avançava aproximadamente 150m adentro da Baía da Guanabara. O intuito de sua construção fora receber os passageiros vindos da Corte Carioca, assim como fazer o transporte de mercadorias pelo recôncavo (RODRIGUEZ, 2004). No período que se deu logo após sua inauguração, a ferrovia se mostrou extremamente lucrativa em sua arrecadação, ainda segundo Rodriguez (2004, p. 18):

em 1855, transportou 658.600 passageiros e 3.680.000 arrobas de produtos agrícolas, das quais 2.200.000 arrobas de café. Em 1860, a receita atingiu 11% do capital empregado. Basicamente até o ano de 1867, a Estrada de ferro Mauá obteve lucros.

A estrada de ferro passa então a ser o principal meio de transporte para a produção cafeeira introduzida em meados do século XIX, visto que tal caminho fazia a ligação da Corte com o Vale do rio Paraíba do Sul. Refletindo um pouco sobre a

produção do espaço, temos que o mesmo deve ser considerado resultado de suas relações, neste caso especificamente, comerciais e/ou econômicas, no qual a reorganização do espaço ocorre pelos interesses da Coroa Portuguesa em abrir caminho mais rápido e rentável para o escoamento do café:

os eixos de transportes aparecem como elementos que são inseridos no espaço por conta de uma série de interesses, sendo assim um produto que acarreta mudanças na dinâmica do mesmo, tanto no tocante à desenvoltura dos fluxos quanto a sua forma. Daí, podemos entender que a alteração ou inserção do trajeto de uma estrada ou linha férrea, para atender ao interesse de ordem econômica e/ou cultural, abre um campo de possibilidades de alterações na (re)organização espacial – tangíveis e/ou simbólicas (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

O Barão de Mauá tinha intenções de estender sua estrada de ferro até Minas Gerais, passando por Petrópolis, mas o governo brasileiro tinha como prioridade a construção de uma nova estrada de ferro, que viria a se chamar Estrada de Ferro D. Pedro II. Com a construção dessa última e da Rodovia União Indústria, a ferrovia de Mauá começa a experimentar o gosto do declínio, visto que o transporte de cargas migra progressivamente para as vias concorrentes. Em virtude da situação precária da ferrovia Mauá após o abandono de sua rota, o governo imperial decide vendê-la à Companhia Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, que passou a ter os direitos sobre a Estrada de Ferro Mauá. Com isso, a estação de Guia de Pacobaíba passa a servir apenas como embarque para o trem local, tendo sua conexão com as barcas desativada (RODRIGUEZ, 2004).

Por ter sido construída em local oposto aos portos fluviais, causou a ruína das vilas do entorno, que não só tiravam seu apoio econômico desses portos, mas também da Estrada de Ferro Mauá que, aos poucos, foi perdendo seu prestígio até o cancelamento final de suas operações, visto que os comerciantes e tropeiros passaram a acompanhar o entorno da nova Estrada de Ferro D. Pedro II. As localidades que acompanham a estrada de ferro Mauá hoje se encontram em ruínas, restando apenas na história à glória do passado (OLIVEIRA, 2007).

O trecho ferroviário Mauá-Fragoso foi considerado Monumento Histórico Nacional, pela comemoração de seu centenário, em 1954. A 30 de abril do mesmo ano,

através de decreto do então presidente da república Getúlio Vargas, é também tombado pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1974, a estação Guia de Pacobaíba e a Casa do Agente foram restauradas e transformadas em Museu, mas, no entanto, em 1977, o museu foi fechado por falta de segurança e seu acervo se encontra, atualmente, no Museu do Trem, no subúrbio carioca (RODRIGUEZ, 2004).

Atualmente, a Estação de Guia de Pacobaíba se encontra completamente abandonada, cercada pelo mato e apresentando sinais avançados de degradação, como foi possível constatar em atividades de campo no local. Sabendo-se que o distrito de Pacobaíba é parte do município de Magé, que foi tão importante na história do Brasil, é desolador, como afirmam alguns moradores, ver como os monumentos históricos da localidade estão abandonados, depredados por vândalos e pela ação do tempo (Figura 3).



Figura 3: Réplica da locomotiva *Baroneza* depredada.
Fonte: elaborada pelo autor.

Tanto o município de Magé quanto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estão negligenciando a guarda, a manutenção e a fiscalização da estação ferroviária de Guia de Pacobaíba (tombada pelo IPHAN), assim como de tantos outros patrimônios do município. Por causa das omissões de responsabilidades, a estação permanece exposta à ação de vândalos e invasores.

De acordo com Lisboa (2016), o município de Magé está ignorando o compromisso assumido de conservar e restaurar a antiga Estrada de Ferro Mauá, compromisso esse assumido em contrato com a Rede Ferroviária em 1996.

Magé constitui-se em materialidade, em seus construtos patrimoniais, como também em imaterialidade, resultante dos símbolos e significados conferidos pelos diferentes atores sociais ao longo dos processos históricos.

Os patrimônios de natureza cristã são muito marcantes nas paisagens de Magé. A quase todo instante, nos centros urbanos dos distritos e até mesmo nas estradas que entrecruzam o município, pode-se notar a presença das igrejas, capelas e outras construções católicas.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade (Figura 4), localizada no 1º distrito de Magé – distrito sede – teve sua construção iniciada em 1747 e foi aberta ao culto em 1750. Essa igreja também é considerada a Igreja da Matriz. Neste período os altares laterais eram pintados diretamente nas paredes de pedra e cal (Alonso, 2000). No período de 1779 a 1789, passa por Magé o mestre Valentim e sua escola de arte. O Altar Mor e dois altares laterais conservam a marca desse tempo áureo da Corte do Vice-Rei, D. Luis de Vasconcelos, que proclama Magé à categoria de vila.



Figura 4: Igreja Nossa Senhora da Piedade, 1º Distrito de Magé, Distrito Sede.
Fonte: elaborada pelo autor.

Ainda de acordo com Alonso (2000), a Matriz constitui magnífico documento do barroco no recôncavo. É um resgate da história e de seus monumentos, parte integrante do acervo cultural do estado. O município de Magé comemora no dia 15 de Setembro o dia de sua padroeira, Nossa Senhora da Piedade, e em setembro de 2020 serão comemorados os 270 anos da construção da Matriz, cujo valor arquitetônico se evidencia em suas linhas de autêntico barroco colorido.

Dando continuidade à apresentação dos patrimônios de cunho religioso, temos o Poço Bento (Figura 5), que expressa bem o poderio da ordem jesuíta nas terras mageenses.



Figura 5: Poço Bento, 1º Distrito de Magé, Distrito Sede.

Fonte: elaborada pelo autor.

Esse atrativo religioso possui várias versões e, segundo Alonso (2000), uma delas conta que em 1566 o missionário aportou na praia da Piedade e lá encontrou um poço de água imprópria para consumo, e esta se transformou em potável a um simples toque de seu cajado. Outro relato assevera que no mesmo local o padre perfurou com seu bordão a terra dura como pedra, porque castigada pela forte seca naquela região, e do pequeno buraco começou a brotar água pura e cristalina, o que continua acontecendo até hoje. A notícia desse milagre se espalhou rapidamente, e a partir daí o poço milagroso passou a receber um grande número de romeiros vindos de muitas localidades, em busca de cura para os seus males. Nessas terras os padres jesuítas construíram uma ermida junto ao morro da Piedade, que se transformou mais tarde no santuário de Nossa Senhora da Piedade.

O Poço Bento, como narra Alonso (2000), é monumento indiscutível. Abandonado, e até esquecido, foi reencontrado pela pesquisa cuidadosa de Monsenhor Nicodemos dos Santos, quando pároco de Magé, que concedeu entrevista para o jornal “Unidade” em Março de 1983, a seguir transcrita:

Fui eu quem encontrou o poço de Padre Anchieta. Quando os soldados de Floriano, comandados por Tenente Godolphim, ocuparam Magé, saquearam casas e violaram mulheres, senhoras e moças. As famílias, quase todas envergonhadas, abandonaram a cidade. A memória do Poço Bento se perdeu. Lendo a vida de Padre Anchieta, encontrei referência a ele.

Comecei a procurá-lo, mas ninguém se lembrava mais. Falaram de uma velhinha, quase centenária, que sabia muitas coisas antigas. Procurei-a e perguntei-lhe onde ficava o Poço Bento. Foi logo dizendo que nas terras de fulano. Era um antigo morador, que já vendera a outro. Acabei localizando-o. Iniciei então uma procissão mensal com os paroquianos ao Poço Bento.

Saí de Magé, e o novo vigário manteve a prática. Um dia, quando estavam os devotos rezando no local, armou-se horrível tempestade. Todos queriam fugir. O vigário tranquilizou-os, garantindo que ficassem ali que ninguém se molharia. O temporal desabou. Os que correram ficaram encharcados. Quem permaneceu com o padre junto ao poço, não recebeu um pinga d'água. Então a notícia correu e a devoção ao Poço Bento começou a crescer.

Lendas e histórias se mesclam em Magé, em que relatos antigos nos mostram um pouco das simbologias presentes na cultura do povo mageense. Cada patrimônio desses representa as crenças, ações, a cultura de um grupo social que deixou impressos na paisagem elementos que nos orientam a pensar em potencialidades turísticas, ou seja, aquilo que ainda não é, mas poderá vir a ser. Patrimônios que podem vir a gerar riqueza para o município.

Considerações finais

A paisagem testemunha o caminhar do ser humano na superfície da Terra e qualquer marca por ele introduzida significa um diferente valor cultural. Técnica, crenças religiosas e ideológicas perpassam cada paisagem, por isso, as paisagens possuem significados simbólicos e estão, também, carregadas de ideologias. Não tão diferente, o espaço geográfico pode ser interpretado como espaço vivido, percebido e como consequência da prática social dos habitantes ao longo do tempo.

O ser humano, ao ocupar e alterar o espaço onde ele vive, produz um conjunto de bens, frutos de uma cultura, que estarão interagindo com a paisagem. A paisagem irá revelar os bens produzidos tanto pela ação dos agentes da natureza, quanto os bens fabricados através de conhecimentos adquiridos pelos seres humanos ao longo de sua existência. Esses bens podem ser compreendidos como patrimônios.

Devemos salientar que a cultura se refaz todos os dias, no jogo cotidiano das relações sociais, na luta pela sobrevivência, por meio do trabalho, da festa, do encontro, revelando distintas temporalidades bem como distintas espacialidades.

Apesar de se apresentar como uma grande potencialidade turística, através de seus patrimônios materiais e imateriais, Magé ainda precisa de muitas mudanças para poder pensar em, de fato, promover e consolidar um turismo de sucesso. Como a própria noção de potencialidade turística nos indica, o espaço mageense pode vir a ser um espaço turístico, ou seja, um espaço que tem um grande potencial para obter os equipamentos turísticos necessários à consolidação da atividade, pois a mesma ainda é embrionária. Há sempre a possibilidade, porém ainda é preciso que algumas providências sejam tomadas para que se efetive, caso o turismo seja de fato uma atividade adequada para os cidadãos. As suas participações e opiniões são de extrema importância na gestão do município.

O município precisa de muitos investimentos em várias áreas sociais e, sem eles, muito dificilmente o turismo irá progredir. Não há vontade política. Deveria-se incentivar a atividade de veraneio, proporcionar eventos e trabalhar a imagem do município na mídia, através de propagandas. Muitos desafios e conflitos ainda estão por vir neste longo caminho de turistificação da paisagem de Magé.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Cultura: invenção e construção do objeto turístico.** Espaço Aberto 3 – Turismo e Formação Profissional. AGB – Seção Fortaleza, 1998, pp. 17-33.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Paisagens Culturais e Patrimônio Cultural: contribuições introdutórias para reflexões. In: **Maneiras de Ler: Geografia e Cultura.** Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura. 2013, pp. 186-194.

ALONSO, José Inaldo. **Notas para a História de Magé.** Niterói, Ed. do Autor. 2000.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônios.** 2020.

BRASIL. Legislação. **Constituição de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BURDA, Naomi Anaue.; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. URBE – **Revista Brasileira de Gestão Urbana,** Curitiba: v.3, n.1, p. 115-123, jan./jun.2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Processo, Forma e Significado – uma breve consideração**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2009.

CRUZ, Rita de C. A. da. **Política de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. 1999. 214f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Novos olhares sobre a dimensão geográfica da cultura: o patrimônio cultural**. In: Maneiras de Ler: Geografia e Cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura. 2013, pp. 206-219.

FRIDMAN, Fania. **Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII**. Anais. Encontro Internacional de História Colonial. Revista de Humanidades. UFRN, Caicó (RN), 2008.

GONÇALVES, J.R.S. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios Contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

LISBOA, Perla dos Santos. **Apogeu e declínio da pesca artesanal em Guia de Pacobaíba, Magé – RJ**. Monografia. Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2016.

MAUTONE, M. (org.). **I Beni culturali**. Risorse per l'organizzazione del territorio. Bologna: Pàreon Editore Bologna, 2001.

MESQUITA, Érika. Um olhar sócio-geográfico sobre o Turismo. In: **Em Questão**. Porto Alegre, v.12, nº 2, jun/dez 2006.

MOURA, Cláudia Danielle Neves; *et al.* **Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá: um exemplo de empreendedorismo**. Sítio Eletrônico Livre, s/local, s/d.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Os eixos de transporte e as transformações na organização espacial do Recôncavo da Guanabara entre os séculos XVIII e XIX: os exemplos de Iguaçu e Estrela**. Revista do Mestrado em História. Vassouras, v.9, pp. 129-166, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Organização Mundial do Turismo**. 2003.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

RODRIGUEZ, Adyr A. B. **Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, 67, 2004, pp. 17-26. 1º semestre.

GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25 - Dossiê, p. 158-179, set. 2020

SILVA, Márcia Regina Turra. **As implicações da nova configuração da assistência social para a intervenção dos assistentes sociais.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2005. 164f.

SILVA, Marcelo Werner da; *et al.* **A implantação ferroviária no Estado do Rio de Janeiro: 1854-1900.** Anais. 4º Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense/UFF, Campo dos Goytacazes/RJ, 2010.

VALLBONA, M. C.; COSTA, M. P. **Patrimônio Cultural.** Madrid: Editora Síntesis, 2003.

Recebido em 22 ago. 2020;
aceito em 20 set. 2020.